

CIDADANIA E MUDANÇAS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NO SETOR DE SANEAMENTO

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi*

RESUMO: *Este trabalho objetiva discutir a questão da cidadania e de mudanças organizacionais no contexto das políticas públicas em saneamento no Estado da Bahia. Nesse quadro, o enfoque recairá no suprimento desigual de serviços públicos de saneamento básico concebidos para estratos sociais que vivem em espaços diferentes, embora dentro de um mesmo território. Aborda o modelo de organização e gestão implementado no setor de saneamento, em torno de processos financiados por organismos multilaterais, que visa criar facilidades à incorporação de novas práticas gerenciais e novas tecnologias, a pretexto de equidade e justiça social. Como ilustração para a condição cidadã, a autora utiliza os dados coletados em pesquisa direta junto à população de baixa renda residente no Alto do Camurugipe, Salvador, visando discutir a percepção da comunidade quanto aos aspectos que se relacionam à forma enfrentada por ela para os problemas referentes à infra-estrutura instalada.*

Palavras-Chave: Cidadania; Mudanças Organizacionais; Saneamento.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 60, o Estado assumiu de forma crescente os investimentos necessários para a implantação do saneamento no Brasil. Esses investimentos, quase sempre financiados, eram direcionados para obras que beneficiavam principalmente a classe média urbana. Por muitos anos, a população urbana de baixa renda e os habitantes da zona rural permaneceram e ainda permanecem desprovidos desses serviços.

Nas duas últimas décadas, entretanto, este padrão de investimentos vem sendo modificado, principalmente por razões de ordem social. Os efeitos cumulativos dos desequilíbrios sociais e ecológicos causados por práticas inadequadas de saneamento tornaram-se progressivamente mais evidentes, mobilizando organismos internacionais a conceder empréstimos a fim de reduzir o desequilíbrio existente no provimento de esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água.

Deve-se deixar claro que essa transformação não se deu exclusivamente por pressões de ordem ambiental e social. As mudanças na forma de investir em infra-estrutura no Brasil foram de natureza global, necessárias para a inclusão do País no mundo globalizado. Nesse contexto, em 1996, iniciou-se a implementação do Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos – Programa BTS, que objetivava melhorar a qualidade de vida das cidades do seu entorno. Este Programa, dentre muitas ações, utilizou uma nova tecnologia em esgotamento sanitário - o sistema condominial de esgoto¹, desenvolvida para áreas carentes dessa infra-

* Professora, **Mestre em Análise Regional / UNIFACS** líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais da Escola de Administração de Empresas da Universidade Católica do Salvador - GP GamDes, pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Qualidade e Competitividade da Escola de Administração da UFBA, técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. E-mail: cmmarchi@gmail.com

¹ A idéia central dessa tecnologia é a democratização dos serviços de esgotos segundo três aspectos: o da democratização da informação sobre a questão, ensejando o debate e a conseqüente mudança dos cursos de ação a partir da sociedade; o das decisões, sobre formas de atendimento, prioridades e recursos; e o do acesso aos serviços por meio de concepções técnicas associadas a regras e condicionamentos ao alcance de todo o universo e considerando as suas diferenciações (Nazareth, apud Marchi, 2002).

estrutura, adaptado técnica e economicamente para ruas irregulares e estreitas, em morros e becos sem arruamentos definidos onde os moradores, por meio da educação sanitária e ambiental transmitida pelo Programa, deveriam executar a manutenção e conservação dos equipamentos implantados.

Parte-se do pressuposto que a introdução de uma nova tecnologia que estimule a participação pode contribuir para a mudança organizacional e condução da cidadania. Assim, quanto maior a participação da comunidade maior será a pressão exercida sobre agentes públicos no sentido de impor mudanças mais orientadas para o interesse coletivo.

2. INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL NO SANEAMENTO

Os estudos sobre gestão e a introdução de inovações tecnológicas em políticas públicas vão adquirindo cada vez mais importância. No âmbito do Programa BTS, as funções da Administração: Planejamento, Organização, Direção e Controle do Programa BTS formam um sistema interdependente, no qual interagem Governo do Estado e órgãos financiadores nacionais e internacionais, co-executores, empreiteiros, consultores e usuários. Novos procedimentos, tais como regulação de serviços públicos e controle social, exigem cuidado no planejamento e desenvolvimento de projetos sociais e eficiência na sua execução.

O sub-projeto de Educação Ambiental foi, sem dúvida, o que conferiu maior dinamismo e aprofundamento na relação entre o Programa BTS e a realidade social, pois capacitou mais de quatro mil pessoas, com o objetivo de multiplicar os conhecimentos de natureza ambiental, enfatizando a correta utilização e a importância da intervenção do esgoto não convencional - o sistema condominial.

A proposta dos ramais condominiais exige um planejamento detalhado, organização cuidadosa, direção envolvida com a comunidade e controle social. A ausência desses requisitos pode comprometer a sua execução, reduzindo o entendimento e cuidado que a comunidade deveria ter para a utilização de forma adequada dos equipamentos instalados.

Entretanto, o que se percebeu na administração do sub-projeto Educação Ambiental foram ações fragmentadas, que não consideraram as duas principais etapas da construção dos ramais condominiais, ou seja, o conhecimento da realidade local e a incorporação da população ao Programa, desvirtuando o caráter participativo desta intervenção.

Na busca da relação entre participação cidadã, mudança organizacional e inovação tecnológica, a integração entre um viés mais empírico e a teoria se torna necessária. Para tal, é preciso discorrer, de forma breve, como a literatura trata o tema.

Inicialmente, é oportuno traçar uma analogia entre o campo da gestão pública e o trabalho de Schumpeter, o teórico da inovação empresarial, que a aborda pela primeira vez como transformação de conhecimento em novos produtos e processos produtivos, porém limitando-a ao contexto empresarial. Para alguns estudiosos, dentre eles Dodgson, Bessant, Tidd e Pavet, a inovação seria um processo iterativo, que inclui fluxos de informações e tecnologia entre múltiplos atores, dentre eles o setor público, pois não envolve somente perspectivas gerenciais, mas também de políticas públicas e isso demanda apoio institucional. Para Mendes (2002), o âmago da inovação é a mudança ou renovação de produtos ou serviços e a maneira como estes são prestados.

É possível compreender a dinâmica inovacional como parte de um processo que pode provocar mudanças não só organizacionais, mas também institucionais e sociais.

Assim, é necessário que se evidencie a construção dos diferentes entendimentos a respeito do conceito de cidadania ao longo do tempo e espaço, e como a observância deste conceito exerce influência na dinâmica institucional.

3. CIDADANIA E MUDANÇAS

Encontram-se diferentes aspectos nas diversas concepções de cidadania, tais como: valores morais, ações voluntárias, auto-ajuda, justiça social, direitos dos cidadãos e obrigações do Estado. Cada uma dessas perspectivas reflete o ambiente social, político e econômico que este conceito está envolvido.

A cidadania pode ser percebida tanto na perspectiva do Estado quanto na do cidadão. Na do Estado, ela é considerada como o indivíduo que pertence a um dado território e está incluso na pauta de direitos daquela nação, é vista como *status*; na perspectiva do Cidadão, o indivíduo pertence à comunidade que vive pela descendência ou inclusão, por meio de mecanismos contratuais, a cidadania é proposta como um processo *“constituído por uma rede de relações e idiomas políticos que acentuam a pertença e os direitos e deveres universais em uma comunidade nacional”* (Somers apud Vieira, 2001).

A cidadania também pode ser entendida sob a vertente da origem dos direitos conquistados pelo homem. O surgimento do direito, o chamado Direito Canônico, se deu nas sociedades primitivas e era revelado por profetas que interpretavam a vontade de Deus ou dos deuses. Nesse “primitivo” direito o que predominava eram os usos e costumes. Alguns séculos depois surgiu o Direito Tradicional, dado por leis impostas por poderes seculares ou teocráticos. Neste caso o que predomina são as convenções transmitidas pela tradição. Finalmente, baseado no Contrato Social, surge o Direito Natural, onde prepondera o princípio racional em que todos são livres e iguais e estabelece por contrato um determinado modelo de elaboração e justificação das normas legais. O ser humano passa, então, a ser visto como portador de direitos universais que antecedem a instituição do Estado (Vieira, 1997).

No que se refere à cidadania sob a perspectiva da instituição do Estado e democracia, pode-se reportar à República Antiga – Roma –, onde todos os cidadãos são iguais em direito. Sabe-se, porém, que Roma nunca foi inteiramente democrática. Na Grécia, os cidadãos participavam das assembleias do povo e tomavam decisões políticas. No entanto a democracia, neste caso, também não era plena, havia os excluídos: escravos, estrangeiros, mulheres. Depois, na Antiguidade houve uma involução, o homem tornou-se um ser sem direitos diante do Estado autoritário e/ou teocrático, mas o ideal republicano promovido pelo Renascimento provocou o ressurgimento da democracia e o nascimento da cidadania Moderna.

No final do século XVIII, por meio dos ideais das Revoluções Americana e Francesa, quando Rousseau propõe o deslocamento da soberania das mãos dos monarcas para as do povo, o conceito de democracia se solidificou, apesar de enfrentar três problemas para a sua aplicação; o primeiro foi a passagem de um Estado territorialmente ínfimo com uma população restrita, para um Estado ampliado, tanto no que se refere ao espaço geográfico quanto à população; o segundo problema de aplicação alude ao Regime de Governo da época, pois este era autoritário; e, finalmente, a terceira dificuldade se restringia à inexistência de direitos humanos. Em síntese,

“No Estado despótico, o indivíduo só tem deveres, e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de Direito, o indivíduo tem não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado de cidadãos” (BOBBIO apud VIEIRA, 1997, p.).

O conceito clássico de Cidadania, nascido no século XX, foi concebido por Marshall (1967) e, apesar de bastante criticado, seu esquema interpretativo é ainda considerado relevante, pois contribuiu para o avanço da sua discussão teórica. Este conceito possui uma visão

evolucionista, acredita que a cidadania seria composta de direitos civis e políticos² que criaram a precondição para os direitos sociais³. Não seriam, portanto, direitos naturais, mas sim históricos.

Cranson afirma que é necessário desvincular cidadania de nação, e assim da sua história. Para M. Roche e Turner (teoria do conflito) o direito civil seria fruto de um processo político, de uma luta política pelas liberdades individuais. Turner (1986) acredita que ser cidadão é participar ativamente na república ou em um Estado-Nação. Postula que existem diversas e desiguais formulações dos princípios de cidadania em diferentes tradições sociais e culturais. Haveria, assim, uma cidadania conservadora - passiva e privada - e outra revolucionária - ativa e pública - identificando ideais que caracterizam o tipo de sociedade na qual estão inseridas (V. Quadro 1.0).

QUADRO 1.0 – Caracterização da Cidadania Segundo Turner

Tipos	Caráter	Características
Cidadania Revolucionária	Passiva e Privada	<i>Individualista e Instrumental - onde indivíduos se tornam pessoas privadas, externas ao Estado, segue a tradição liberal iniciada com Locke.</i>
Cidadania Conservadora	Ativa e Pública	<i>Comunitarista – onde indivíduos estão integrados numa comunidade política e sua identidade pessoal é função das tradições e instituições comuns.</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Mendes, 2002 e Vieira, 2001.

Demo (1995) define cidadania como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico, consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar projeto próprio. Nesse caso, a cidadania possui práticas econômico-produtivas, consiste na capacidade de desenvolver planos individuais através da sociedade civil e práticas participativas, ou seja, participação nas decisões políticas, econômicas e sociais por meio de partidos, associações e sindicatos (MENDES, 2002).

De acordo com o economista, filósofo e sociólogo Karl Marx, a cidadania é um modelo de alienação burguesa. Os direitos do homem são direitos históricos da burguesia sobre a classe dominante, uma superestrutura vista como interesse das classes dominantes. Nem direitos civis nem políticos eliminavam as desigualdades, escondendo assim as reais fontes de exclusão social.

Weber (1945) postula que o desenvolvimento da cidadania resultou de um processo de afirmação da autonomia das cidades e do surgimento do Estado-Nação (razão instrumental – na esfera da economia e da política).

Posteriormente, ao final do século XX, mudanças ideológicas induziram alterações nas estruturas econômicas e sociais do mundo industrializado, resultando na renegociação da relação entre Estado e sociedade, com implicações para o significado de cidadania. Turner concebe cidadania como proteção transnacional, como os direitos humanos - visão mais progressista. Dittgen (1999) contesta, acredita que um mundo onde tudo é intercambiável e fluido é necessário possuir identidade coletiva, ou seja, a do Estado-Nação, que assegura a lei – visão conservadora. Deve-se ter cuidado com a direção universalizante que a cidadania adquiriu para assegurar a equidade, como cotas e políticas para população-alvo, pois pode enfraquecer valores como

² Os direitos civis são aqueles voltados para os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança. Os direitos políticos correspondem à liberdade de associação e reunião, à participação política e eleitoral, de organização política e sindical, ao sufrágio universal, dentre outros.

³ Direitos sociais resultam da outorga de determinados benefícios por parte do Estado aos seus cidadãos.

solidariedade e mobilização das massas e confundir o entendimento dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres (MENDES, 2002).

Elisa Reis (1998) acredita que o modelo de cidadania institucionalizado pelo Estado na América Latina, que põe autoridade acima de solidariedade, trouxe conseqüências ao longo do tempo para a exclusão social. Afirma que se a noção de cidadania não encontra ressonância no cotidiano da população, é de se esperar que esta não desenvolva uma identidade coletiva e não esteja disposta a realizar projetos conjuntos. Reis coloca ainda, que a identidade social da América Latina foi influenciada pelo ideal nacionalista defendido pelo Estado no seu processo de modernização, ocultando desigualdades sociais, levando a crer na existência de uma “comunidade nacional de interesses” subordinando a sociedade civil a um discurso populista (MENDES, 2002).

Até 1930, as políticas sociais dependiam da política econômica, e como os investimentos no setor produtivo eram poucos, as possibilidades de conquistas sociais se restringiam a alguns avanços, como caixas de aposentadorias e pensões. A partir de 30, uma nova estrutura econômica foi montada ao lado do setor cafeeiro: a da diferenciação industrial.

Surge a cidadania regulada – focando o sistema de estratificação ocupacional, ou seja, a cidadania estava embutida na profissão e os direitos do cidadão restringiam-se aos direitos do lugar em que ele ocupava no processo produtivo.

Para Boaventura Santos (1998), no Brasil são considerados cidadãos todos aqueles que possuem profissão e que tenham uma ocupação reconhecida, ou seja, inseridos no mercado de trabalho. Os “outros” são pré-cidadãos. Tornam-se pré-cidadãos todos aqueles que a lei desconhece, tanto os trabalhadores da área rural quanto os da área urbana não regulados por lei.

Depois de 1930, o funcionamento dos sindicatos depende de registro do Estado e este passa a estabelecer quem poderia se sindicalizar. Santos (1979) postula que somente empregados sindicalizados podiam: 1. Apresentar reclamações trabalhistas; 2. Gozar férias; 3. Possuir carteira de trabalho; 4. Gozar de políticas de saneamento, saúde, nutrição, educação; e, 5. Participar da arena política do país.

Portanto, se o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado que definia quem era e quem não era cidadão, via profissão. Assim, a burocracia sindical ficou atrelada ao Estado e submissa a ele. Depois de 1945, os movimentos migratórios para os centros urbanos favoreceram o aprofundamento do déficit de serviços sociais urbanos. Crescia uma ânsia latente por mais espaço político e social. Nos anos 50, acelerou-se o crescimento econômico, urbano e inflacionário, intensificando mais ainda as distorções existentes.

O Estado regulava tudo e a elite limitava tudo que considerasse apropriado, administrando uma ordem aparentemente democrática. Em 1960, com a promulgação da lei orgânica da Previdência Social, uniformizaram-se os serviços previdenciários, mas bem pouca coisa, se alguma, foi alterada. Decorrente da lacuna deixada pelo Estado no provimento de políticas sociais (habitação, saneamento, saúde) surgem grupos sociais que se organizam em associações civis, à margem da legislação sindical. Conflitos sociais crescentes resultaram em radicalização das demandas e intolerância política. Santos (1979) sinaliza que a incapacidade financeira do Estado de alocar recursos produziu um contexto de paralisia governamental, contribuindo para o movimento militar de 64.

Por outro lado, nos anos 80, o papel e a redefinição das funções do Estado foram questionados. Setores antes explorados pelo Poder Público sofreram reformas, pois a pressão da demanda interna e a escassez de recursos os colocaram em busca de alternativas de melhoria do seu desempenho. Privatizações foram realizadas, principalmente nos setores elétrico e de comunicação, e aplicou-se ao serviço público uma lógica de mercado, trazendo dúvidas se princípios de equidade, justiça e equilíbrio estavam sendo observados nesta nova concepção.

Atualmente, o processo de reestruturação do Estado, dentro da cultura brasileira, pode servir para confundir duas entidades políticas diferentes: cidadãos e consumidores (Mendes, 2002).

A Constituição Brasileira de 1988 abre espaços, até então impensáveis, à participação da população. Como exemplo, pode-se citar o Parágrafo Único, Art. 1º *"todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente nos termos desta Constituição"*. Os vários incisos do Art. 5º tratam da liberdade de associação (podendo inclusive representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente), que agora independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal. Mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por associação, partidos políticos, sindicatos ou entidades de classe. Outros exemplos são a utilização do Plebiscito, referendo e iniciativa popular, das iniciativas de formulação de leis complementares e ordinárias por parte dos cidadãos ou da contestação sobre a legitimidade das contas do Município, pois estas ficam durante 60 dias à disposição popular. Qualquer cidadão pode denunciar irregularidades perante os TCU, TCE e Conselho de Contas do Município. Ou ainda, podem ser recebidas queixas, petições, reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (Souza, 1989).

Contudo, para Durkheim, a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica outro aspecto capital. Em decorrência desta concepção, abre-se espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados e sem fins lucrativos, formem a sociedade civil (Vieira, 1997).

Tendler (1997) aponta para o conhecimento do comportamento e preferências dos usuários como meio de transformação do governo,

“... a literatura sobre desenvolvimento considera básicas para a transformação do governo as consultas ao cliente – seja ele de que classe for – e as pressões por ele exercidas. Essa nova fé manifesta-se de três modos: proliferação da pesquisa sobre o comportamento e as preferências do usuário, um vivo interesse em descentralizar o governo para que ele fique (entre outras coisas) mais próximo do usuário e um entusiasmo pelo “associativismo” e a sociedade civil ...” (TENDLER, 1997:19).

Santos (1998) afirma que o espaço atual é deixado quase ao exclusivo jogo do mercado, que domina as esferas política e cívica, transformando-o em espaço sem cidadãos. Citando Medawar (1984), ele discorre que os homens muitas vezes não são livres, pois não raciocinam sobre as suas crenças e atitudes, mas repetem o que ouvem através do consumismo e da propaganda, que o conduz para um pensamento comum, alienando-o, e assim alimentando a produção e o ganho, *“O produtor se tornando submisso ao objeto produzido”* (Santos, 1998, p.37). Porém, o *“ato de perceber ultrapassa os sentidos e ganha razão”*, o ressurgimento por meio dialético entre sujeito e objeto, conscientemente, traz uma percepção nova do objeto e desta maneira *“despojando-o dos símbolos que escondem a sua realidade profunda”* (Santos, 1998, p.52). Pode ser o reencontro com a liberdade e a cidadania.

Cidadania e dinâmica institucional atingem configurações de um espaço complexo no qual se exige, além da participação do Estado, do mercado e da sociedade, mudanças intensas na forma de reflexão e entendimento do ambiente em que se vive. Existe, principalmente, a necessidade de a população ter “consciência” da sua realidade econômica e social.

4. A INTERAÇÃO ENTRE A INOVAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM SANEAMENTO E CIDADANIA

As políticas públicas em saneamento aplicadas até a década passada não foram suficientes para melhorar a situação de quase abandono da população de baixa renda nas metrópoles brasileiras. O processo de segregação da parcela mais pobre da população, referente

ao saneamento, reforça as já bem conhecidas diferenças entre áreas sócio-econômicas antagônicas.

A ampliação do envolvimento público está relacionada com o nível de conhecimento dos moradores, quanto maior a participação da comunidade maior será a cobrança. A pressão exercida sobre autoridades e agentes poluidores tende a impor mudanças que possibilitem uma atuação comunitária mais orientada para o interesse geral. Portanto, a administração da infraestrutura instalada é simultaneamente um assunto técnico, político e cívico.

A ilustração deste raciocínio pode ser feita por meio da tecnologia – esgoto condominial, que passa por áreas desordenadas e íngremes com alta concentração populacional. A construção dos ramais condominiais é precedida de etapas que demonstram o caráter participativo desta intervenção, tais como:

Caracterização da área – que tem por finalidade o conhecimento da realidade local para definição dos elementos a serem utilizados no processo de mobilização comunitária, tais como contato com lideranças e instituições locais, identificação de equipamentos e serviços urbanos disponíveis e conhecimento da realidade sócio-econômica local; e,

Reunião Comunitária – que objetiva apresentar as idéias básicas e regras do Programa Condominial, definir as alternativas de solução do problema local de esgoto e incorporar a população ao programa mediante a formação de condomínios (Nazareth, apud Marchi, 2002).

No Programa BTS, a população a ser beneficiada com o sistema condominial de esgoto deveria participar das decisões, opinar sobre o local onde seriam instalados os equipamentos e, após a formação do condomínio, escolher um síndico, que seria seu representante junto à Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. - EMBASA. O síndico deveria participar das atividades do sub-projeto de Educação Ambiental, como agente multiplicador, construindo e divulgando conceitos de saneamento (água, esgoto, drenagem, lixo), saúde integral, higiene, cooperação, qualidade de vida e cidadania.

O aprofundamento de procedimentos educativos ambientais apresenta-se como uma resposta aos desafios causados pelo desenvolvimento econômico, social e tecnológico, construindo uma racionalidade ambiental que possibilite maior interação entre a sociedade e as intervenções técnicas que transformam o meio ambiente a cada dia.

No contexto do Programa BTS, o sub-projeto de Educação Ambiental constituiu-se em instrumento na busca de solução para problemas ambientais locais decorrentes da implementação do saneamento em áreas de população de baixa renda, ao incentivar a educação sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, inclusive orientando procedimentos adequados à preservação da saúde por meio de informações sobre o uso e utilidade dos equipamentos de saneamento.

Considerando a cidadania ativa, classificada por Turner, na qual os indivíduos estão integrados em uma comunidade política e sua identidade pessoal é função das tradições e de instituições comuns, o papel a ser desempenhado por este sub-projeto contribuiria para a construção de um pacto social, já que a introdução de procedimentos comuns, exigidos pela implantação do esgoto condominial na comunidade, estimularia práticas de mobilização e participação comunitária, enfim, o exercício da cidadania ativa.

5. METODOLOGIA

Com o objetivo de identificar comportamentos e percepções que contribuíssem para se traçar o quadro de efeitos que as modificações ocorridas nas condições sanitárias e ambientais exerceram sobre a comunidade estudada e se o Projeto de Educação Ambiental viabilizou socialmente as obras do BTS, foi realizada, em 2002, uma pesquisa direta junto a 226 casas entre uma população de baixa renda na Bacia do Alto Camurugipe, Micro Sistema IV, região periférica da cidade de Salvador, que abrangia a área mais populosa entre as bacias contempladas com esta nova tecnologia.

Dentre um universo de 521 domicílios, foram trabalhados 224. Para a determinação de cada um dos domicílios, adotou-se uma seleção sistemática em que se alternava a casa a ser visitada pelo pesquisador até completar o número estabelecido pelo cálculo amostral. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: a) entrevista semi-estruturada aberta, por meio de formulários, objetivando uma melhor análise estatística dos dados colhidos, e, b) observação simples, que possibilitou a obtenção de elementos que complementaram a análise e interpretação da comunidade estudada. Foi também avaliado pela pesquisa o efeito de médio prazo de intervenções públicas sobre o desenvolvimento social, compreensão ambiental, qualidade de vida e a capacidade de inserção de conceitos de solidariedade social.

A preocupação central foi com o processo de inclusão social que, espera-se, acompanhe o desenvolvimento econômico e social associado ao saneamento em espaços geoeconômicos em transformação, como o Alto Camurugipe.

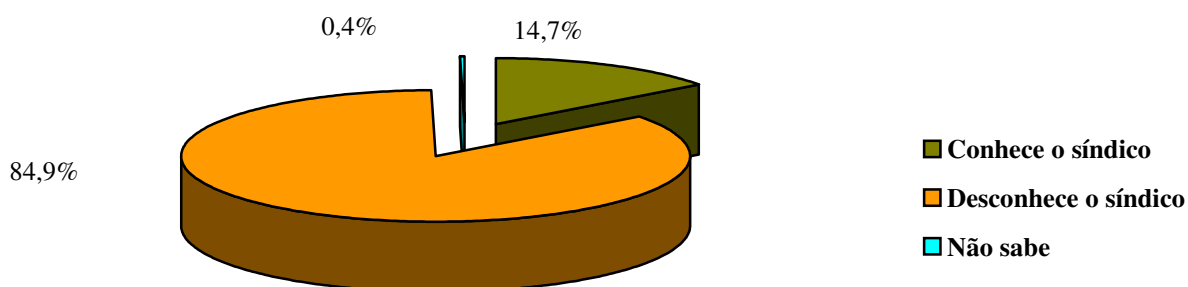
6. RESULTADOS

Os resultados aferidos demonstraram que o cenário modificado radicalmente pela melhoria das áreas degradadas melhorou a auto-estima da comunidade, mas quanto ao método utilizado em educação ambiental não foi suficiente para atingir a toda comunidade servida pelo sistema condominial de esgoto, embora tenha havido algum progresso no nível de sensibilidade quanto à correta utilização e manutenção dos equipamentos.

Outra constatação foi a de que os indivíduos mais bem instruídos da comunidade, em geral, estão ocupados em atividades que os impedem de participar mais intensamente de ações comunitárias e, portanto, de servirem como disseminadores do treinamento. Williamson (1985) assinala que a racionalidade é limitada. Assim, pouca divulgação e impossibilidade de obtenção de informações completas pela população limitam a capacidade de participação no processo de formulação e definição de agendas, bem como de monitoramento de políticas públicas. O nível de desinformação, que geralmente permeia a população de baixa escolaridade ou analfabeta, agrava ainda mais os problemas ambientais, pois o desconhecimento dos riscos existentes em virtude de manutenção precária dos equipamentos e hábitos inadequados à saúde, embora involuntários, pode contribuir para a degradação do meio ambiente.

Finalmente, verificou-se que apenas 14,7% dos entrevistados (V. Figura 1.0), declararam conhecer os síndicos e que estes não vinham tendo condições para desempenhar o seu papel de multiplicadores das idéias transmitidas pelo treinamento.

Figura 1.0 - Gráfico – Distribuição das Opiniões quanto ao Grau de Conhecimento dos Síndicos pela Comunidade



Fonte: Pesquisa direta. Elaboração da autora

O trabalho de mobilização realizado por este sub-projeto deveria ter início com visitas de reconhecimento das áreas, observando-se a topografia, o sistema viário, a tipologia das construções e fazer levantamentos, por meio de entrevistas rápidas com transeuntes, da existência de instituições associativas (igrejas, clubes etc.) e de lideranças locais. Concluída a caracterização do local, reconhecimento das lideranças e reuniões plenárias com todos os moradores teria início a etapa de promoção de debates, objetivando a adesão e escolha dos síndicos e sub-síndicos. Estes deveriam ser eleitos por votação individual, após ser apresentada a relação de moradores da quadra.

Porém, os responsáveis pela implementação do sub-projeto de educação ambiental começaram a aplicar as metodologias propostas em diversas quadras e condomínios que já tinham sido formados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras nas bacias coletoras contempladas pelo mesmo. Observa-se que um trabalho mais profundo de mobilização e conscientização não foi implementado. Na escolha dos síndicos por esse sub-projeto, percebeu-se a falta de uma maior participação popular, revelando ausência de acordos e pactos entre o Poder Público e a sociedade.

Além disso, a tecnologia instalada, responsabilizando os moradores pela limpeza das caixas de passagem do esgoto, exigia um compromisso que não tinha sido pactuado de forma democrática e consciente entre os parceiros.

7. CONCLUSÃO

Para Santos (1998), existe um modelo cívico subordinado ao modelo econômico. O modelo político e o modelo cívico sempre foram instrumentais ao modelo econômico, que acena às massas esperanças sedutoras ampliando o consumo, mas não ao exercício da cidadania. Afirma ainda que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço.

Políticas sociais atingem configurações de um espaço complexo no qual se exige, além da participação do Estado e das comunidades, mudanças intensas na forma de reflexão e entendimento do ambiente em que se vive. O pressuposto de que a introdução de uma nova tecnologia que estimule a participação pode contribuir para a condução da cidadania recai na necessidade da população ter a “consciência” da sua realidade tecnológica, econômica e social. Desta forma, o movimento de mudança deve partir de cada indivíduo consciente, motivado e motivador, com pleno conhecimento dos seus direitos e deveres, pré-requisito para o exercício de cidadania.

A cidadania não é um conceito absoluto, implica em democratizar relações, educar e estimular a participação, e estes princípios podem ser exercidos pelas lideranças da própria comunidade em que estão inseridos, justificando pensar que é a partir de um novo modelo cívico que se pode começar a diminuir o círculo vicioso e contínuo processo de degradação social.

Numa apreciação do conjunto dessa leitura, se pode afirmar que o Estado e a Economia devem sintetizar um quadro de mudança na forma de gerir o social, mas é no movimento das sociedades desigualmente localizadas, através do aparecimento de lideranças e parcerias, abrindo novas perspectivas e iniciando a transformação da grave e inquestionável situação social que se iniciará efetivo desenvolvimento da cidadania.

REFERÊNCIAS

BORJA, P. C.; MORAES, L.R.S. *O acesso às ações e serviços de saneamento básico como um direito social*. Simpósio Luso-brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, XII., 2006, Figueira da Foz. Anais... Figueira da Foz-Portugal: APRH, APESB, ABES, 2006. 1 CD ROM.

BROCK, Patrick. *Anatomia de um apartheid social*. A Tarde, Salvador, 26 de março de 2006. Local, p.3.

COING, Henri. Serviços Urbanos: Velho ou novo tema? *Espaço & Debates*, n.23, 1988, p.86-9.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. *Visitando o "Terceiro Setor" (ou parte dele)*. In: Texto para Discussão nº 647. Brasília: IPEA, 1999.

MENDES, Vera Lúcia P. S. *Inovação Gerencial em Serviços Públicos de Saúde e Cidadania*. Brasília: Editora MS, 2002.

MARCHI, Cristina D. F. Análise do Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos enquanto uma Política Pública e seus efeitos em uma área de baixa renda de Salvador. 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador, Salvador.

TENDLER, Judith. *Bom Governo nos Trópicos – uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Renvan, 1998, 288p.

SOUZA, Celina. *Gestão Urbana na Constituição de 1988*. Salvador: 1989. Mimeo.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. RJ: Campus, 1979.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. SP: Nobel, 1998.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.